

LIII AUDIÊNCIA PÚBLICA

FÓRUM MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

- O Município de Rio de Ostras por meio desta publicação sintetiza e expõe de forma mais sucinta os resultados da execução orçamentária e as metas fiscais através da extração das informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal do 4º bimestre e 2º quadrimestre, respectivamente.

- Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras até o 2º Quadrimestre de 2022, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência ao cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

- A LIII Audiência Pública, disponibilizada em 30 de setembro de 2022, trata da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2022.

- Como fontes de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 4º bimestre de 2022 e o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2022, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano XX, Edição nº 1495 – de 30 de setembro de 2022, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção

Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo VIII - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo XII – Demonstrativo de Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

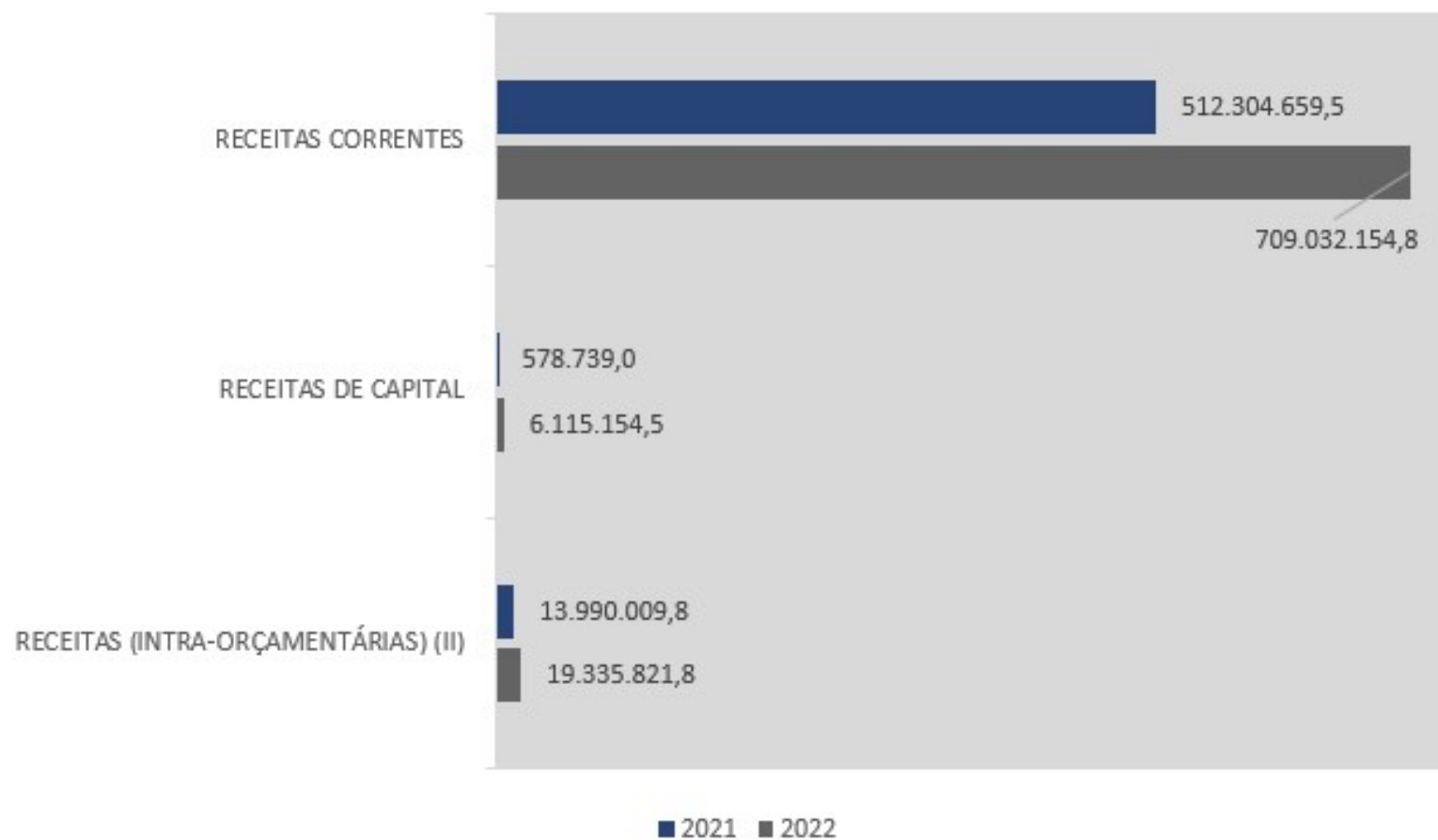
Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ARRECADAÇÃO		%
RECEITAS CORRENTES	709.032.154,80	96,5%
<i>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</i>	<i>161.721.176,70</i>	<i>22,0%</i>
Impostos	149.369.864,20	20,3%
Taxas	12.351.312,50	1,7%
<i>CONTRIBUIÇÕES</i>	<i>36.292.072,10</i>	<i>4,9%</i>
Contribuições Sociais	15.086.630,30	2,1%
Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública	21.205.441,80	2,9%
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	<i>43.018.928,90</i>	<i>5,9%</i>
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	<i>254.388,60</i>	<i>0,0%</i>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	0,0%
Outros Serviços	254.388,60	0,0%
<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	<i>464.190.118,70</i>	<i>63,2%</i>
Transferências da União e de suas Entidades	273.423.079,90	37,2%
Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	107.745.661,50	14,7%
Transf. de Outras Instituições Públicas	83.021.377,40	11,3%
Transf. de Pessoas Físicas	-	0,0%
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	<i>3.555.469,80</i>	<i>0,5%</i>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	920.684,20	0,1%
Demais Receitas Correntes	2.634.785,60	0,4%
RECEITAS DE CAPITAL	6.115.154,50	0,8%
<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	<i>182.814,40</i>	<i>0,0%</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	<i>5.932.340,10</i>	<i>0,8%</i>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.335.821,80	2,6%
TOTAL ARRECADADO	734.483.131,20	100,0%

Em resposta ao cenário de recuperação da economia, a arrecadação do município aumentou como podemos observar em relação ao acréscimo da ordem de 39,4% da arrecadação do mesmo período no ano anterior, a ser verificado no gráfico a seguir.

Comparativo 2021 x 2022



ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

	EXECUÇÃO		%
	Empenhado	Liquidado	
DESPESAS CORRENTES	530.818.911,70	453.233.820,70	89,5%
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>318.954.929,60</i>	<i>314.202.770,70</i>	<i>62,0%</i>
<i>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</i>	-	-	0,0%
<i>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</i>	<i>211.863.982,00</i>	<i>139.031.050,10</i>	<i>27,4%</i>
DESPESAS DE CAPITAL	67.363.761,00	35.060.235,30	6,9%
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>66.563.761,00</i>	<i>34.548.431,70</i>	<i>6,8%</i>
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	-	-	0,0%
<i>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</i>	<i>800.000,00</i>	<i>511.803,60</i>	<i>0,1%</i>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	0,0%
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.469.725,80	18.265.259,00	3,6%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	616.652.398,50	506.559.315,00	100,0%

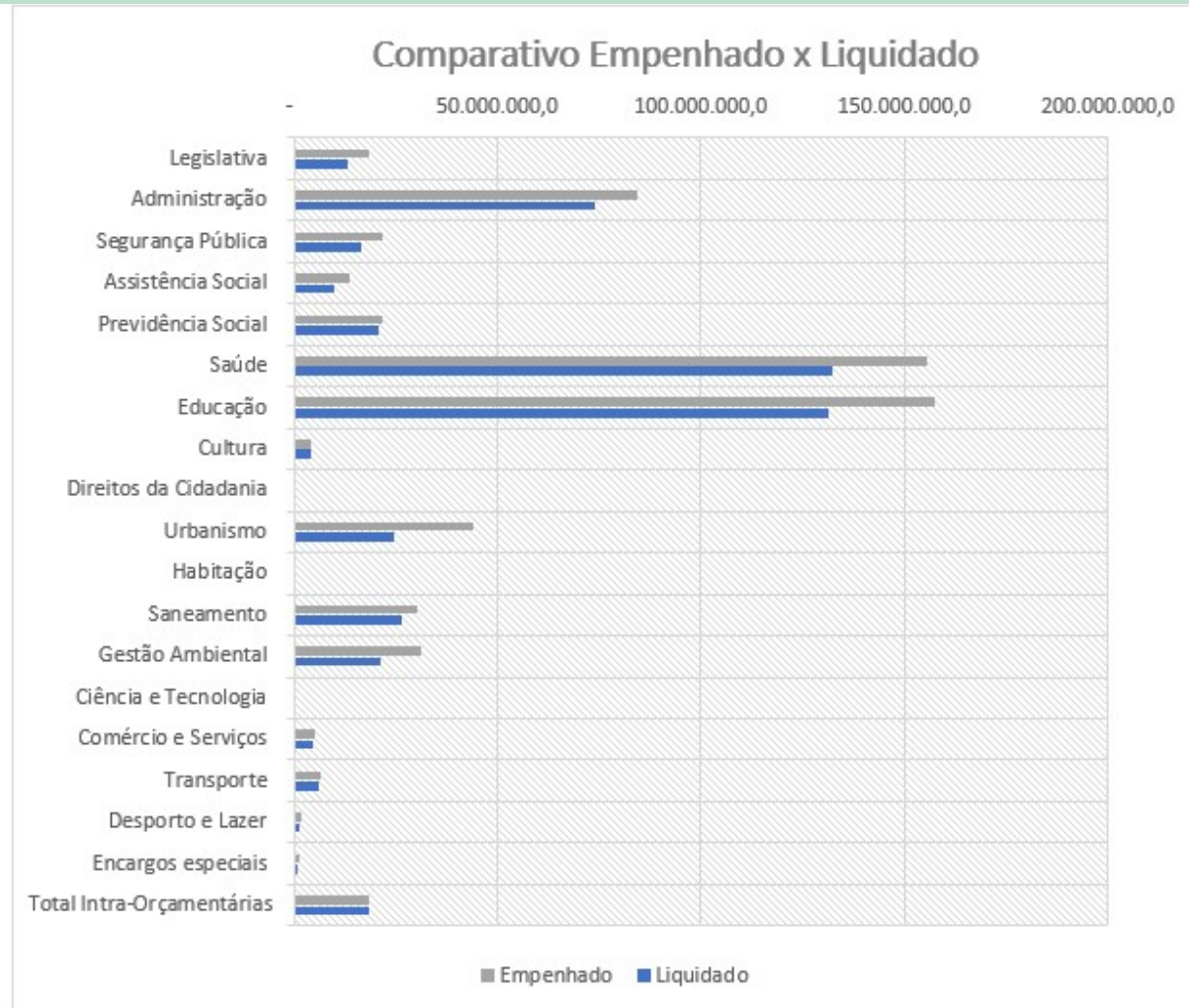
- O valor empenhado em 2022, superior a 2021 em R\$ 151.186,5 mil e liquidado superior em R\$ 118.322,0 mil.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

	EXECUÇÃO		%		EXECUÇÃO		%
	Empenhado	Liquidado			Empenhado	Liquidado	
<i>Legislativa</i>	18.600.263,00	13.123.108,20	2,6%	<i>Comércio e Serviços</i>	4.954.323,40	4.729.174,10	0,9%
<i>Administração</i>	84.489.477,70	74.105.343,90	14,6%	<i>Transporte</i>	6.510.006,60	6.096.851,50	1,2%
<i>Segurança Pública</i>	21.918.399,70	16.581.917,80	3,3%	<i>Desporto e Lazer</i>	1.834.891,30	1.397.913,20	0,3%
<i>Assistência Social</i>	13.544.967,40	9.831.195,90	1,9%	<i>Encargos especiais</i>	1.124.247,90	836.051,50	0,2%
<i>Previdência Social</i>	21.819.533,30	20.990.061,80	4,1%	Total Orçamentárias	598.182.672,60	488.294.056,00	96,4%
<i>Saúde</i>	155.595.945,10	132.526.594,30	26,2%	<i>Legislativa</i>	500.000,00	331.185,80	0,1%
<i>Educação</i>	157.213.709,20	131.127.259,10	25,9%	<i>Administração</i>	4.537.013,80	4.510.491,90	0,9%
<i>Cultura</i>	4.369.371,00	4.247.638,00	0,8%	<i>Assistência Social</i>	329.722,50	329.722,50	0,1%
<i>Direitos da Cidadania</i>	50.486,60	37.273,40	0,0%	<i>Previdência Social</i>	82.463,20	73.332,50	0,0%
<i>Urbanismo</i>	44.121.764,10	24.589.705,20	4,9%	<i>Saúde</i>	5.661.456,90	5.661.456,90	1,1%
<i>Habitação</i>	4.427,70	4.427,70	0,0%	<i>Educação</i>	7.146.597,60	7.146.597,60	1,4%
<i>Saneamento</i>	30.485.163,20	26.556.485,00	5,2%	<i>Cultura</i>	123.319,40	123.319,40	0,0%
<i>Gestão Ambiental</i>	31.302.196,00	21.480.365,50	4,2%	<i>Saneamento</i>	89.152,50	89.152,50	0,0%
<i>Agricultura</i>	228.800,00	18.800,00	0,0%	Total Intra-Orçamentárias ✦	18.469.725,90	18.265.259,10	3,6%
<i>Ciência e Tecnologia</i>	14.699,40	13.889,90	0,0%	TOTAL	616.652.398,50	506.559.315,10	100,0%

✦ Corresponde as despesas com Obrigações Patronais, para o pagamento ao Regime Próprio de Previdência do Município de Rio das Ostras.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO



ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

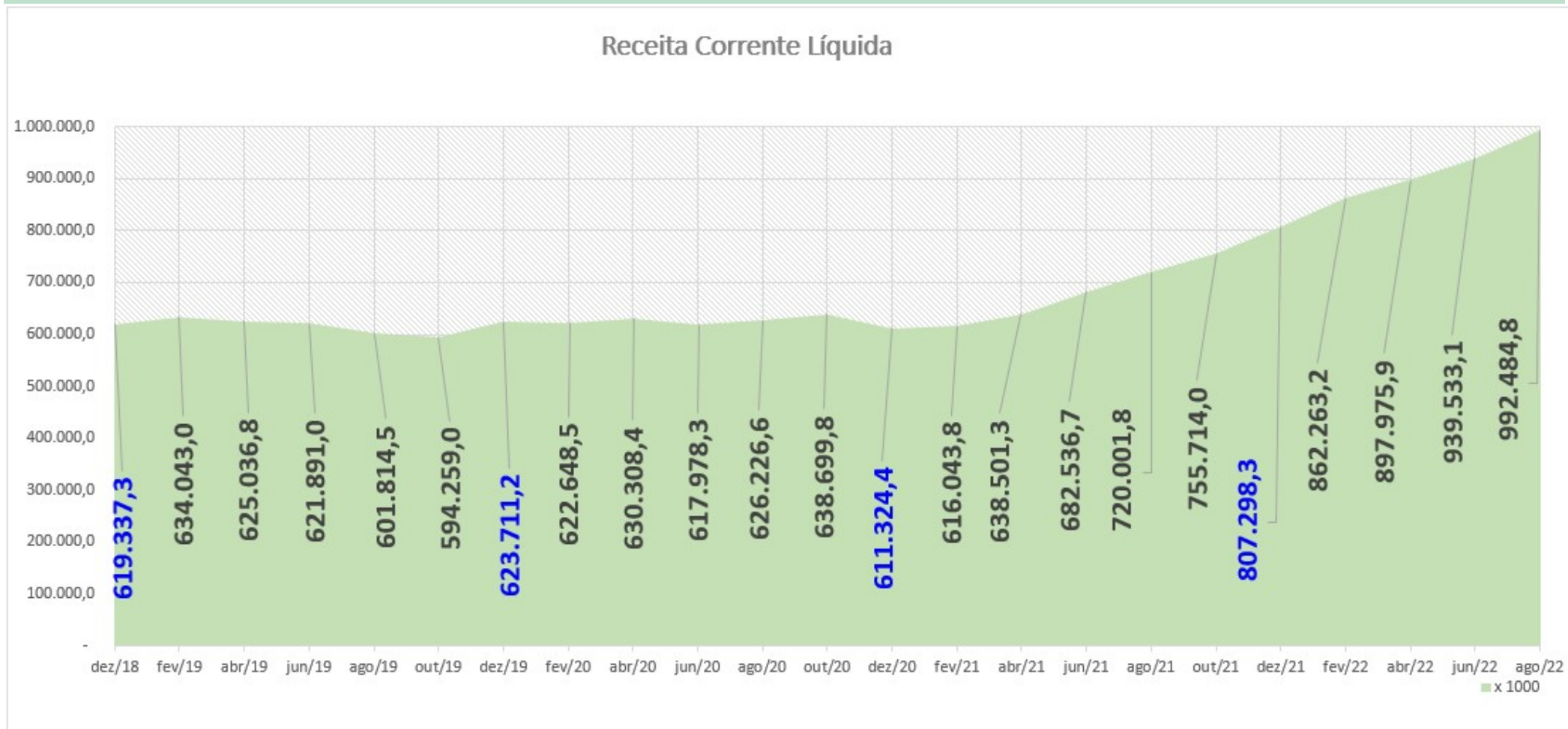
■ **RCL**

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

■ **Deduções**

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Os dados do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

As receitas e as despesas são administradas pelo Rio das Ostras Previdência – OSTRAPREV.

EXECUÇÃO	
	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	50.946.701,3
<i>Receitas de Contribuições dos Segurados</i>	<i>15.054.546,30</i>
<i>Receitas de Contribuições Patronais</i>	<i>16.560.554,9</i>
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>19.007.915,3</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>323.684,8</i>
<i>Compensação do RGPS para o RPPS</i>	<i>70.634,0</i>
<i>(-) Aportes Per. p/ Amort. do Déf. At. do RPPS</i>	<i>243.478,9</i>
<i>Demais Receitas Correntes</i>	<i>9.571,9</i>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	18.193.627,5
Benefícios - Civil	18.193.627,5
<i>Aposentadorias</i>	<i>14.526.227,4</i>
<i>Pensões</i>	<i>3.667.400,1</i>
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	<i>-</i>
Benefícios - Militar	-
<i>Outras Despesas Previdenciárias</i>	<i>-</i>
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS	32.509.594,9
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	639.035.575,5
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - 2021 a 2095 *	-1.656.138.012,8

* Informação Constante do Anexo 10 em 28/01/2022 ed.1414.

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. São classificadas como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido empenhada, mas sem ter sido executada efetivamente.

	RP Processados	RP não Processados
PREFEITURA RIO DAS OSTRAS	813.436,90	13.471.979,50
INSTITUTO PREVIDÊNCIA RIO DAS OSTRAS	-	20.501,40
FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA	16.038,20	100.377,80
FUNDO MUN SAÚDE RIO DAS OSTRAS	17.552,80	9.364.307,60
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL RIO DAS OSTRAS	13.116,70	896.367,70
FUNDO M. HAB. INT. SOCIAL RIO DAS OSTRAS	-	38.436,00
FUNDO MUN MEIO AMBIENTE RIO DAS OSTRAS	-	-
FUNDO M. INFÂNCIA E ADOL. RIO DAS OSTRAS	-	-
SERVIÇO AUT ÁGUA E ESGOTO RIO DAS OSTRAS	-	12.464,40
FUNDO MUN PROT DEF CONSUM RIO DAS OSTRAS	-	2.928,80
FUNDO MUN CULTURA DE RIO DAS OSTRAS	-	-
TOTAL	860.144,60	23.907.363,20

Os Valores aqui apresentados são os saldos a pagar e pendentes de processamento.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

A Constituição Federal estabelece que o Município deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor equivalente ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal (25%). Tal verificação se faz necessária em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	120.722.417,31
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	55.733.338,45
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	641.533,15
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31))	64.347.545,71

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	72.508.887,38	64.347.545,71	22,19

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 22,19 % da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo constitucional em educação. Ressaltando que o cálculo final de aplicação valido é o apurado ao final do exercício.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DO FUNDEB

INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)		
19- Mín. 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais Educ. Básica	58.365.261,5	73.248.204,6	73.248.204,6	87,8		
20- Perc. 50% da Complem. da União ao FUNDEB (VAAT) na Educ. Infantil	0,0	0,0	0,0	0,0		
21- Min de 15% da Complem. da União ao FUNDEB-VAAT em Desp. de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0		
INDICADORE - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113 de 2020 (Máximo de 10% do Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)		
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	8.337.894,5	2.174.009,5	2.174.009,5	2,6		
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113 de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXER. ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O 1º QUADR. (s)	VALOR APLIC. ATÉ O 1º QUADR QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O 1º QUADR (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	11.759.685,3	263.295,5	263.295,5	263.295,5	0,0	0,0
23.1- Total das Desp. custeadas com FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	11.571.127,4	263.295,5	263.295,5	263.295,5	0,0	0,0
23.2- Total das Desp. custeadas c/ FUNDEB - Complem. União (VAAF + VAAT)	188.557,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

ANEXO XII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1 - Impostos	149.369.864,0	ATENÇÃO BÁSICA (IV)	14.520.784,3
IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	35.310.448,3	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	58.312.389,6
ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	11.315.700,0	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	843.998,4
ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	76.747.765,6	VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	-
IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	25.995.950,1	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	5.395.827,3
2 - Transferências Constitucionais Legais	136.440.194,9	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-
Cota-Parte FPM - (100%) CF. 159 "I" "b"	68.965.075,3	OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	19.115.554,3
Cota-Parte ICMS - (100%)	47.850.241,9	TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL	98.188.553,9
Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)	-	MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA ASP	34,35%
Cota-Parte IPI - (100%)	1.152.648,4		
Cota-Parte ITR	18.828,0		
Cota-Parte IPVA	18.453.401,3		
BASE DE CÁLCULO SAÚDE	285.810.058,9		

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 34,35 % da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo constitucional em saúde. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente foi superado na apuração anual em R\$ 55.317,0 mil.

ANEXO XIII – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

	R\$ x1.000
TOTAL DE ATIVOS	-
TOTAL DE PASSIVOS (I)	129.868,8
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	129.868,8
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	129.868,8

Despesas com PPP	2022	2023	2024	2025	2026
001/2007.	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	992.484.814,80	998.035.656,90	1.003.617.544,20	1.009.230.650,30	1.014.875.149,70
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	-	-	-	-	-

RRGF – RELATÓRIO GESTÃO FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

EXECUÇÃO	
	Liquidados
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	479.363.480,51
<i>Pessoal Ativo</i>	453.998.291,33
<i>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</i>	416.437.447,25
<i>Obrigações Patronais</i>	37.560.844,08
<i>Benefícios Previdenciários</i>	-
<i>Pessoal Inativo e Pensionista</i>	25.365.189,18
<i>Aposentadorias, Reservas e Reformas</i>	20.275.096,75
<i>Pensões</i>	5.090.092,43
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	-
<i>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18 §1º LRF)</i>	-
Despesas não Computadas (art. 19 § 1º da LRF) (II)	27.822.788,09
<i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>	1.300.928,57
<i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>	-
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	1.183.399,42
<i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>	25.338.460,10
Despesas Inscritas em RP não processados	22.969,56
Total da Despesa com Pessoal Para fins de Limite	451.563.661,98

<i>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) (Ajustada)</i>	992.418.344,48	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	451.563.661,98	45,50%
<i>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</i>	535.905.906,02	54,00%
<i>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</i>	509.110.610,72	51,30%
<i>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</i>	482.315.315,42	48,60%

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo alcançou o percentual de 45,5% da Receita Corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, nos termos da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Neste contexto, não ultrapassando o limite máximo disposto no art. 23 c/c art. 20, III, b da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o disposto no Parágrafo único do art. 22 e inciso II do §1º do art. 59.

ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

	2021	1º Quad 2022	2º Quad 2022	3º Quad 2022
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	137.533.785,80	137.211.000,00	136.949.719,50	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>137.533.785,80</i>	<i>137.211.000,00</i>	<i>136.949.719,50</i>	-
<i>Financiamentos</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.871.499,10</i>	<i>129.868.824,20</i>	-
<i>Internos 1</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.871.499,10</i>	<i>129.868.824,20</i>	-
<i>Parcelamento e Renegociação de dívidas</i>	<i>7.664.961,60</i>	<i>7.339.500,90</i>	<i>7.080.895,30</i>	-
<i>De Contribuições Previdenciárias</i>	<i>7.664.961,60</i>	<i>7.339.500,90</i>	<i>7.080.895,30</i>	-
DEDUÇÕES(II)¹	290.384.494,60	383.532.596,20	426.476.615,50	-
<i>Disponibilidade de Caixa Bruto</i>	<i>293.255.011,40</i>	<i>384.394.393,00</i>	<i>427.336.760,40</i>	-
<i>(-) Restos a Pagar Processados</i>	<i>2.870.516,80</i>	<i>861.796,80</i>	<i>860.144,90</i>	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-152.850.708,80	-246.321.596,20	-289.526.896,00	-

O presente quadro traz informações pertinentes ao endividamento, porém, na composição do anexo segundo a legislação não são computados os compromissos assumidos no exercício (empenhados) e não liquidados conforme anexo I, que totalizam R\$ 110.093.083,50, obrigações do exercício liquidadas e não pagas que totalizam R\$ 995.762,00 e compromissos assumidos em exercícios anteriores e não liquidados (Restos a Pagar **não** Processados) que totalizam R\$ 23.907.363,20.

Nesse contexto o anexo não contempla um montante de valores comprometidos, de curto prazo pra pagamento no valor de **R\$ 134.996.208,70**.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS(III)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)=(I+II+III+IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	807.298.297,1	897.975.930,4	992.484.814,8	0,0
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22,00 %	22,00 %	22,00 %	22,00 %
LIMITE DE ALERTA	19,80 %	19,80 %	19,80 %	19,80 %

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI)=(VII+VIII+IX+X)	0,0	0,0	0,0	0,0

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,0	0,00 %
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,0	0,00 %
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	0,0	0,00 %
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antec. da Receita	0,0	0,00 %

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Anexo I – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública

Anexo II - Efluentes e Resíduos Sólidos

Anexo III - Royalties

ANEXO I – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A CIP é cobrada para fazer face ao custeio do serviço público de iluminação, incluindo a instalação, consumo de energia, manutenção, melhoramento, operação, fiscalização e demais atividades vinculadas ao sistema de iluminação das vias e dos logradouros públicos existentes no território do Município.

CIP	
Valor Arrecadado	21.205.441,80
Despesa Empenhada	19.088.669,79
Energia Elétrica	14.000.000,00
Manutenção Iluminação	5.088.669,79
Saldo	2.116.772,01

ANEXO II – EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS

As taxas de efluentes e resíduos sólidos são cobradas mediante a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É uma receita não vinculada e não detém fonte de recurso específico que a direcione as despesas específicas.

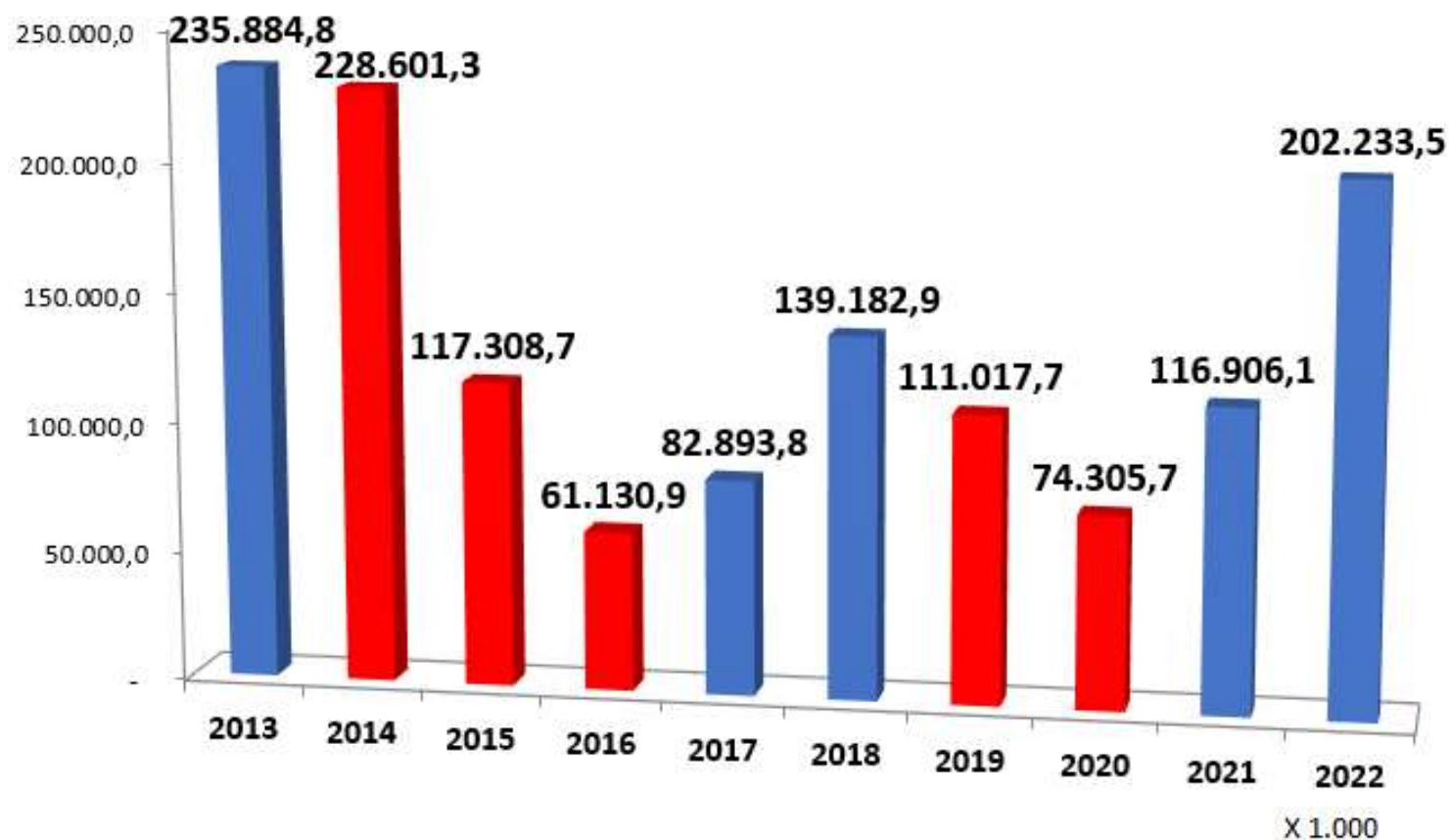
Efluentes e Resíduos Sólidos	
Valor Arrecadado	5.726.354,39
Taxas de Efluentes e Resíduos Sólidos	5.726.354,39
Despesa Empenhada	13.254.263,41
Gestão de Resíduos Sólidos	13.254.263,41

A arrecadação com Taxa de Efluentes e Resíduos Sólidos corresponde a aproximadamente 43,2% da despesa com a Atividade Governamental de Gestão de Resíduos Sólidos no presente exercício. No contexto anual, essa relação é representada por um percentual de 34,5% em 2021.

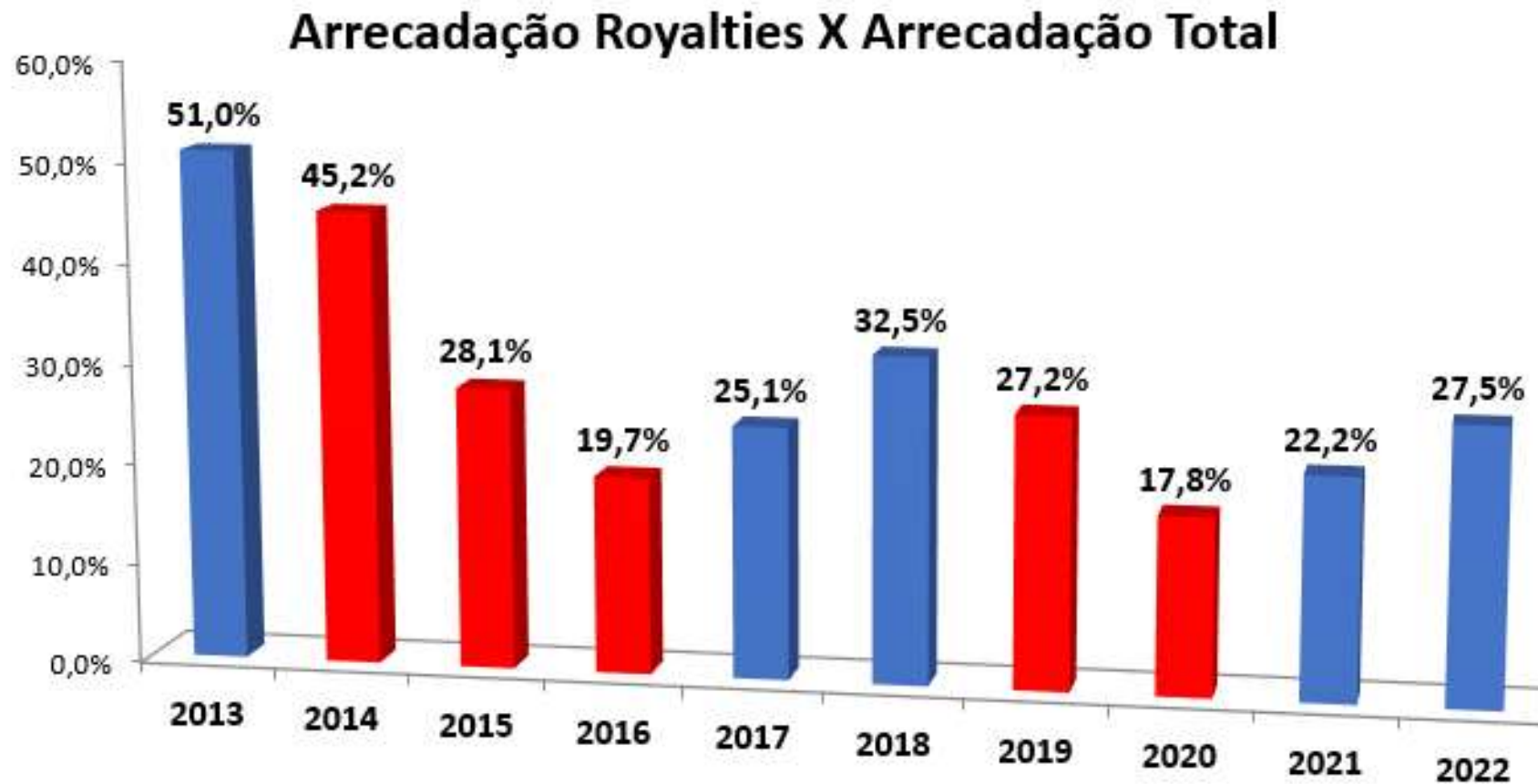
Pela análise do comportamento das transferências dos recursos *royalties* e participação especial dos últimos dez anos, ficou demonstrado nos primeiros quadrimestres analisados, um decréscimo dos repasses nos exercícios de 2014 a 2016 seguidos por recuperação nos exercícios 2017 e 2018 e posteriores quedas em 2019 e 2020 aumentando em 2021 e 2022, gerada a princípio, esta última, pela retomada da produção do setor, valor do barril e demanda externa.

ANEXO III – ROYALTIES

Arrecadação no Período



ANEXO III – ROYALTIES





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE FAZENDA

Com estes dados, disponibilizados à população no site <http://www.riodasostras.rj.gov.br>, e com a realização da Audiência Pública, o Município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 30 de setembro de 2022.

Júlio César dos Santos Marins
Secretário Municipal de Fazenda